

Estado da Nação/Debate

Famílias Numerosas dizem que medidas são insuficientes



13h15: As medidas de apoio às famílias e à natalidade, anunciadas hoje pelo Primeiro-ministro, têm carácter de emergência e são claramente insuficientes, na opinião da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN).

Fernando Castro, presidente da associação, considera, contudo, que este é um “sinal positivo” do Governo, que demonstra que “o Primeiro-ministro sente o problema”.

Fernando Castro espera agora que José Sócrates faça relativamente ao défice da natalidade “o mesmo que fez com o défice das contas públicas”, diminuindo o actual “défice de 35%”, explica, para “um défice de zero” no número de nascimentos no nosso país.

O presidente da APFN recomenda ao Governo que aplique a política de família de França em Portugal. A França, refere, em 15 anos, tornou-se no “único caso da Europa que tem um défice de 2.0”. Algo obtido, assegura, graças ao contributo das famílias de imigrantes portugueses no país.

O Primeiro-ministro anunciou esta manhã, no debate sobre o Estado da Nação, que duplica o abono para famílias numerosas para os segundos e terceiros filhos, durante os primeiros dois e três anos de vida e que vai ser criado um abono de família para as mulheres a partir dos três meses de gravidez, a entrar em vigor a partir de 1 de Setembro.

Dois economistas com reservas

Na opinião do economista Tavares Moreira, estas medidas entram em contradição com as novas regras adoptadas para a interrupção voluntária da gravidez.

“Estas medidas são um pouco contraditórias com as medidas de apoio à interrupção voluntária da gravidez. Não está aqui em causa a discussão do problema da alteração da lei do aborto. Está o apoio que o Estado vai dispensar à prática da interrupção voluntária da gravidez e o peso significativo que esse apoio tem em termos orçamentais.”

Tavares Moreira diz ainda que “há muito que têm vindo a ser requeridas medidas para as famílias mais numerosas” e que estas são “de inteira justiça”. O economista defende, contudo, que “qualquer incentivo financeiro deve ser dado a qualquer família no sentido de estimular a natalidade, em geral, e não apenas às famílias mais numerosas”.

Crítico deste anúncio mostra-se também o economista João César das Neves que, em declarações à Renascença, conside-

ra as medidas apressadas, lembrando que decisões do género não tiveram sucesso noutros países onde foram ensaiadas.

Picardias e acusações

O debate sobre o estado da Nação ficou marcado, também, por alguns confrontos directos.

O PSD e o seu líder, Marques Mendes, insistiram nas acusações de autoritarismo

ao Governo e ao Primeiro-ministro, recordando, nomeadamente, os casos da DREN e do Centro de Saúde de Vieira do Minho, para além das declarações da secretária de estado

da Saúde, sobre os locais e condições em que se poderá criticar o primeiro-ministro.

Marques Mendes aludiu mesmo a um clima de “falta de liberdade em Portugal” e na reacção o deputado socialista Osvaldo Castro veio lembrar uma carga policial sobre vidreiros da Marinha Grande, ocorrida em 1993, quando Marques Mendes era ministro de Cavaco Silva.

Destaque, também, para o ataque do líder do CDS-PP ao Primeiro-ministro.



Paulo Portas lembrou o epíteto de “picareta falante”, atribuído, há anos, pelo colunista Vasco Pulido Valente ao então Primeiro-ministro António Guterres para

classificar José Sócrates como “picareta arrogante”. Outra acusação lançada por Portas a Sócrates foi a de que o chefe do Governo é um “fingidor”.

A resposta do Governo coube ao ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que apelidou Portas de “estrela declinante” e considerou o regresso deste à liderança do CDS como uma farsa.

Análise



Graça Franco

Longe dos esperados incentivos globais ao aumento da natalidade ou dos possíveis incentivos fiscais às empresas familiarmente responsáveis, as medidas anunciadas resumem-se ao reforço do apoio à maternidade nas famílias mais pobres.

Nessas poderão ter impacto significativo. Segundo os cálculos de José Sócrates são importantes para 32 mil famílias no caso dos apoios acrescidos às mulheres grávidas de menores recursos e atingir cerca de 90 mil crianças no que se refere ao reforço do abono de família no segundo e terceiro ano de vida.

Hoje a totalidade de beneficiários do abono de família distribuídos por cinco escalões de rendimento rondam um milhão e 700 mil beneficiários o que mostra bem como as medidas se destinam apenas a uma pequena parte do universo total.

Em todo o caso serão uma espécie de “medidas de emergência” de apoio à gravidez e primeira-infância, embora insuficientes para combater a tendência de declínio da fecundidade traduzida numa média de filhos por mulher de 1,36 contra 1,5 na Europa e longe dos 2,1 necessários à renovação das gerações.

Os novos beneficiários são apenas as famílias de menores recursos que naturalmente serão aquelas onde apesar dos apoios reforçados não há margem de manobra para aumentar substancialmente o número de filhos devido à sua fragilidade económica. Registe-se, no entanto, como muito positiva a extensão dos apoios às comunidades emigrantes onde não só a taxa de fecundidade é bastante superior como são também maiores os riscos de pobreza infantil.

O reforço da rede pública de creches, com mais 136 creches capazes de acolher 6 mil crianças é talvez uma medida de maior impacto social pró-natalidade do que as restantes medidas anunciadas.

Vieira da Silva frisou que as novas medidas atingirão 50 mil famílias e rejeitou a ideia de que os apoios se destinam apenas “aos mais pobres”, sublinhando que actualmente 95 mil das 110 mil crianças que nascem todos os anos, no país, estão abrangidas pelo abono de família. No entanto, o apoio é bastante diferente entre os vários escalões de rendimento: mais de 120 euros mês por criança até aos doze meses de vida nos escalões de rendimento mais baixo contra 30 euros mês no primeiro ano de vida para o escalão superior. Nesse, para crianças acima dos doze meses, o abono reduz-se a dez euros mês e há actualmente apenas 112 mil beneficiados. Ora seria para este tipo de rendimentos “médios” que mais sentido fariam as medidas de incentivo à natalidade. Isto porque acima de cinco salários mínimos de capitação já não há lugar ao pagamento de abonos, mas a melhor situação financeira dessas famílias permite-lhes serem mais numerosas.

Nos dois primeiros escalões de abono de família onde hoje se incluem cerca de um milhão de beneficiários, as novas medidas podem, apesar de tudo, ter efeito positivo. Nestas famílias que hoje já recebem mais de 120 euros mês no primeiro ano de vida das crianças a título de abono este deixa de se reduzir para cerca de um quarto desse montante, logo no segundo ano de vida. Sócrates anuncia que o apoio não só se inicia mais cedo (no quarto mês de gravidez) como é reforçado no segundo e terceiro ano de vida da criança. A regulamentação da medida só será conhecida na segunda-feira, mas segundo cálculos do Governo uma mulher grávida, no escalão mais baixo de rendimentos poderá receber mais 800 euros do que receberia actualmente. Somados os seis últimos

Trabalho **Sócrates contra** **alterações à Constituição**

13h00: O Primeiro-ministro recusa a ideia de alterar a Constituição para facilitar os despedimentos.

José Sócrates reagiu deste modo, durante o debate parlamentar de hoje, a um pedido das quatro confederações patronais, no sentido de que se proceda uma alteração para permitir maior flexibilização do despedimento individual. Francisco Vanzeller, da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), explica que o objectivo seria facilitar o despedimento por falta de competência.

“Queremos poder despedir pessoas que deixam de ter competências para os lugares para os quais foram contratadas e o que nós precisamos é de flexibilizar o despedimento individual das pessoas que não têm competência para desempenhar esse lugar”, garante.

Francisco Vanzeller sublinha que a intenção não é tornar o despedimento completamente “livre”, mas que o artigo terá de ser alterado, pelo menos em parte. “É fundamental que fique o respeito pela religião, crenças e géneros”, garante.



Estado da Nação/Debate

Famílias Numerosas dizem que medidas são insuficientes

13h15: As medidas de apoio às famílias e à natalidade, anunciadas hoje pelo Primeiro-ministro, têm carácter de emergência e são claramente insuficientes, na opinião da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN). O debate sobre o estado da Nação ficou marcado, também, por algumas confrontações directas.